

# PROCESSO SELETIVO INDÍGENA UFSM — 2022 —

→ Língua Portuguesa ←

→ Matemática ←

→ Biologia ←

→ História ←

→ Redação ←

Inscrição:

Para responder às questões de 1 a 9, leia o texto a seguir.

Texto I

## PL 490: Entenda o que é o projeto que muda a demarcação de terras indígenas

Por Thays Martins.  
Postado em 23/06/2021.

*Votação foi suspensa ontem devido à ação da polícia contra manifestantes, mas volta à pauta nesta quarta-feira (23), com grande resistência dos povos indígenas*

1 Há pelo menos duas semanas, quem passa em frente à Câmara dos Deputados acompanha um protesto de indígenas de diferentes etnias contra a aprovação do Projeto de Lei 490/ 2007, que altera a  
5 legislação da demarcação de terras indígenas. Na terça-feira (22/6), data prevista para a análise do projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a manifestação terminou com uma ação truculenta da polícia e feridos. A votação foi,  
10 então, cancelada e adiada para esta quarta-feira (23/6). Mas afinal, do que se trata o projeto?

O ponto mais polêmico do PL 490/ 2007 trata do marco temporal e prevê que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já  
15 estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, passando a exigir, dessa forma, uma comprovação de posse, o que hoje não é necessário. O texto ainda flexibiliza o contato com povos  
20 isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros.

"Na realidade é um retrocesso. O apavorante nesta situação é que o presidente da Câmara apoia,  
25 defende e insiste nesta pauta. Mas sabemos que tem insistência de uma "eminência parda" por trás desta proposta de colocar em votação. Infelizmente o Movimento indígena tem pouquíssimos representantes no Congresso, e isso pode representar uma  
30 fragilidade e desvantagens para os povos indígenas. Por outro lado, a sociedade brasileira também se mostra apática em relação a esta pauta danosa aos ambientes e aos povos indígenas", destaca Nelcio-  
ney José de Souza Araújo, professor de geografia da  
35 Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

De acordo com a advogada do Instituto Socioambiental Juliana de Paula Batista, o PL é inconstitucional por diversos motivos. "O projeto prevê a possibilidade de retirar áreas do usufruto exclusivo  
40 dos indígenas, quando existir, por exemplo, interesses de garimpagem ou "relevante interesse público da união". Essas hipóteses não são permitidas pela Constituição. Também permite que terras reservadas possam ser tomadas dos indígenas se a  
45 União considerar que eles "perderam seus traços culturais"; há, ainda, a possibilidade de contatos forçados com povos que vivem em isolamento voluntário, caso exista "interesse público", possibilidade inédita, já que a Constituição garante aos  
50 indígenas seus "usos, costumes e tradições. Nesse sentido, viver em isolamento é um direito dos indígenas", explica.

Para ela, os parlamentares interessados na aprovação do projeto estão se aproveitando do  
55 momento de pandemia para tentar aprovar pautas impopulares. "Ao que parece, as maiorias parlamentares estão se sentindo confortáveis para aniquilar direitos das minorias durante a pandemia, enquanto a sociedade brasileira vela os seus mais  
60 de 500 mil mortos. Estão passando a boiada", afirma.

O PL 490 é um projeto de autoria do ex-deputado federal Homero Pereira (PR/MT) e é fortemente apoiado pela bancada ruralista. Em 65 2009, ele foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM), que entendeu que, caso aprovado, o projeto iria dificultar ainda mais a demarcação de terras indígenas. "Entendemos, pois, que tanto a proposição principal, quanto as 70 que lhe foram apensadas, e que ora estamos analisando, não representam nenhum avanço na salvaguarda dos direitos indígenas. Pelo contrário, se transformadas em lei, propiciarão a postergação do processo de demarcação das terras indígenas", 75 conclui o relatório.

Em 2008, no entanto, ele foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O relatório alega que, se as demarcações continuarem como estão hoje, qual- 80 quer terra poderá virar terra indígena. "Se assim não for, todas as terras brasileiras voltarão para os índios, bastando para isso que a Funai assim o queira. É o que vem acontecendo. Como não existe nenhuma norma que regulamente o art. 231, a 85 Funai se sente à vontade para demarcar todas as terras que quiser, sob o argumento de que as aquisições justas, legais, constituídas na forma das leis vigentes, não passam de 'esbulho' das terras indígenas", diz. De acordo com dados do Instituto 90 Socioambiental (ISA), somente 13.8% das terras do país são reservados aos povos indígenas.

Nesta terça, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), disse que "não é invadindo o Parlamento que a Casa deixará de apreciar matéria A ou 95 matéria B", se referindo ao embate entre policiais e indígenas. "Esta Casa precisa ter coragem para analisar o tema de exploração de terras indígenas, não podemos ficar de olhos fechados", acrescentou.

Uma das principais críticas ao projeto, a 100 deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar Indígena, Joenia Wapichana (Rede/RR), disse, em coletiva de imprensa na semana passada que, além de o projeto ser uma ameaça a direitos adquiridos, ele ainda tem mais de 20 projetos de lei

105 apensados que podem passar sem ser devidamente analisados. "O Projeto traz uma série de questões de flexibilização a posse em relação à terra; esse marco temporal descarta qualquer possibilidade de alguns povos que têm questionado via judicial, via 110 administrativo", afirmou.

Fonte:  
<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4933154-pl-490-entenda-o-que-e-o-projeto-que-muda-a-demarcacao-de-terras-indigenas.html>. Acesso em 04/01/22. (Adaptado)

← Anotações →

UFSM

Assinale a alternativa em que a reescrita altera o sentido original da frase.

- a** "O texto ainda flexibiliza o contato dos povos isolados, proíbe a ampliação de terras que já foram demarcadas e permite a exploração de terras indígenas por garimpeiros." (l.19-22) Reescrita: O texto também flexibiliza o contato dos povos isolados, proibindo a ampliação de terras que já foram demarcadas e permitindo a exploração de terras indígenas por garimpeiros.
- b** "Mas sabemos que tem insistência de uma 'eminência parda' por trás desta proposta de colocar em votação." (l.25-27) Reescrita: Sabemos, porém, que, por trás desta proposta de colocar em votação, há a insistência de uma "eminência parda".
- c** "O projeto prevê a possibilidade de retirar áreas do usufruto exclusivo dos indígenas, quando existir, por exemplo, interesses de garimpagem ou 'relevante interesse público da união.'" (l. 38-42) Reescrita: Em caso de existirem interesses de garimpagem ou "relevante interesse público da união", por exemplo, o projeto prevê a possibilidade de exclusão de áreas do usufruto exclusivo dos indígenas.
- d** "Em 2009 ele foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM), que entendeu que, caso aprovado, o projeto iria dificultar ainda mais a demarcação de terras indígenas." (l.64-68) Reescrita: A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM) o rejeitou em 2009, pois entendeu que a aprovação do projeto dificultaria ainda mais a demarcação de terras indígenas.
- e** "Entendemos, pois, que tanto a proposição principal, quanto as que lhe foram pensadas, e que ora estamos analisando, não representam nenhum avanço na salvaguarda dos direitos indígenas." (l.68-72) Reescrita: Portanto, entendemos que as proposições que ora estamos analisando, tanto a principal, quanto as que lhe foram pensadas, não representam nenhum avanço na salvaguarda dos direitos indígenas.

Todos os verbos abaixo desempenham a mesma função no texto, EXCETO

- a** defende (l. 25).
- b** destaca (l. 33).
- c** explica (l.52).
- d** conclui (l. 75).
- e** afirmou (l. 110).

Considere as afirmações a seguir.

I - Os recursos de coesão sequencial "então" (l. 10), "dessa forma" (l.17), "nesse sentido" (l.50-51) e "pois" (l.69) expressam a mesma relação semântica.

II - O "que", em todas as suas ocorrências no segundo parágrafo do texto (l.13, 14, 18 e 20), pertence à mesma classe gramatical.

III - As orações "Há pelo menos duas semanas" (l. 1) e "enquanto a sociedade brasileira vela seus mais de 500 mil mortos" (l.59-60) expressam ideia de tempo simultâneo.

IV - A preposição "para" (linhas 53 e 55) desempenha funções diferentes em cada ocorrência.

Estão corretas

- a** apenas I e II.
- b** apenas I e IV.
- c** apenas II e III.
- d** apenas III e IV.
- e** apenas II, III e IV.

4

Sobre a linguagem empregada no texto, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

( ) As construções "Estão passando a boiada" (l. 60) e "não podemos ficar de olhos fechados" (l.98) foram empregadas no sentido figurado.

( ) Ao longo do texto, a autora prioriza o emprego do discurso citado.

( ) As expressões "truculenta" (l.9), "apavorante" (l.23) e "impopulares" (l.56) são marcas avaliativas expressas pela autora do texto.

( ) Tanto na exposição das informações pela voz da jornalista quanto na inserção de vozes externas o tempo verbal usado é, predominantemente, o presente.

A sequência correta é

- a V - V - F - F.
- b V - F - V - F.
- c F - F - V - V.
- d V - V - F - V.
- e F - V - F - F.

5

Sobre o subtítulo "Votação foi suspensa ontem devido à ação da polícia contra manifestantes, mas volta à pauta nesta quarta-feira (23), com grande resistência dos povos indígenas", considere as afirmações a seguir.

I - Na locução verbal "foi suspensa", o agente da ação é a polícia.

II - A reescrita "polícia agiu contra manifestantes" mantém a informação expressa em "ação da polícia contra manifestantes".

III - Se "pauta", na expressão "volta à pauta", fosse substituída por "discussão", dispensaria o uso da crase.

Está(ão) correta(s)

- a apenas I.
- b apenas II.
- c apenas III.
- d apenas II e III.
- e I, II e III.

6

Sobre os recursos de coesão referencial do texto, é INCORRETO afirmar que

- a "Essas hipóteses" (l.42) refere-se à existência de "interesses de garimpagem" (l.40-41) ou de "relevante interesse público da união" (l.41-42).
- b o verbo "explica" (l.52) e o pronome pessoal "ela" (l.53) possuem referentes diferentes.
- c os verbos "Entendemos" (l.68) e "estamos" (l. 70) referem-se aos integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM) (l.65-66).
- d os pronomes "ele" (l.65 e l.76) e "lhe" (l.70) retomam o "PL 490" (l.62).
- e o pronome oblíquo "o", em "assim o queira" (l. 82-83), faz referência a um possível desejo da FUNAI de querer que todas as terras indígenas voltem para os índios.

Nas frases abaixo, todas as vírgulas que isolam os trechos em destaque desempenham a mesma função, EXCETO

- (a) "O ponto mais polêmico do PL 490/2007 trata do marco temporal e prevê que só poderão ser consideradas terras indígenas aquelas que já estavam em posse desses povos na data da promulgação da Constituição, **5 de outubro de 1988**, passando a exigir, dessa forma, uma comprovação de posse, o que hoje não é necessário." (l.13-18)
- (b) "Por outro lado, a sociedade brasileira também se mostra apática em relação a esta pauta danosa aos ambientes e aos povos indígenas', destaca Nelcionei José de Souza Araújo, **professor de geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**." (l.31-35)
- (c) "**De acordo com dados do Instituto Socioambiental (ISA)**, somente 13.8% das terras do país são reservados aos povos indígenas." (l.89-91)
- (d) "Nesta terça-feira, o Presidente da Câmara, **Arthur Lira (PP/AL)**, disse que 'não é invadindo o Parlamento que a Casa deixará de apreciar matéria A ou matéria B', se referindo ao embate entre policiais e indígenas." (l.92-96)
- (e) "Uma das críticas ao projeto, a deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar Indígena, **Joenia Wapichana (Rede/RR)**, disse, em coletiva de imprensa na semana passada" [...]. (l.99-101)

Sobre os recursos coesivos do texto, considere as afirmações a seguir.

I - "Por outro lado" (l.31), "pelo contrário" (l.72) e "no entanto" (l.76) expressam relação de oposição entre a informação que introduzem e a antecedente.

II - O pronome demonstrativo "isso" (l.29) retoma o predicado da oração que o antecede.

III - "Se a união considerar" (l.44-45), "caso aprovado" (l.67) e "se transformadas" (l.73) expressam ideia de condição.

IV - Os termos "Câmara" (l.92), "Parlamento" (l.93-94), "Casa" (l.94) e "esta Casa" (l.96) referem-se, no texto, a um mesmo referente.

Estão corretas

- (a) apenas I e III.
- (b) apenas I e IV.
- (c) apenas II e III.
- (d) apenas II e IV.
- (e) I, II, III e IV.

Considerando as informações do texto, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

- ( ) O PL 490 autoriza que os povos até então mantidos em isolamento estabeleçam contato com os demais.
- ( ) De acordo com as normas de demarcação atual, qualquer terra pode ser transformada em reserva indígena.
- ( ) O acampamento Levante pela Terra requer o arquivamento dos projetos genocidas e ecocidas que estão em tramitação no Congresso.
- ( ) O texto distingue três grupos: os indígenas, os povos tradicionais e os originários dessa terra.

A sequência correta é

- a) V - F - V - F.
- b) V - F - F - V.
- c) F - F - V - V.
- d) F - V - F - V.
- e) F - V - V - F.

Para responder à questão 10, leia o excerto a seguir.

Texto II

“O Estado brasileiro precisa cumprir o seu dever de proteger a Amazônia e todos os povos da floresta. Para isso é fundamental respeitar os direitos dos povos e das comunidades tradicionais determinados na Constituição Federal e em outras legislações nacionais e internacionais, de modo que eles possam viver de acordo com seus modos de vida. A adoção do Desmatamento Zero e o combate à grilagem, aos crimes ambientais e à violência no campo são outras medidas urgentes e necessárias. Além disso, a população brasileira precisa conhecer e valorizar a resistência dos Guardiões da Floresta”.

Fonte: <https://www.greenpeace.org/brasil/participe/povos-indigenas/>. Acesso em 04/01/22.

Sobre o texto II, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

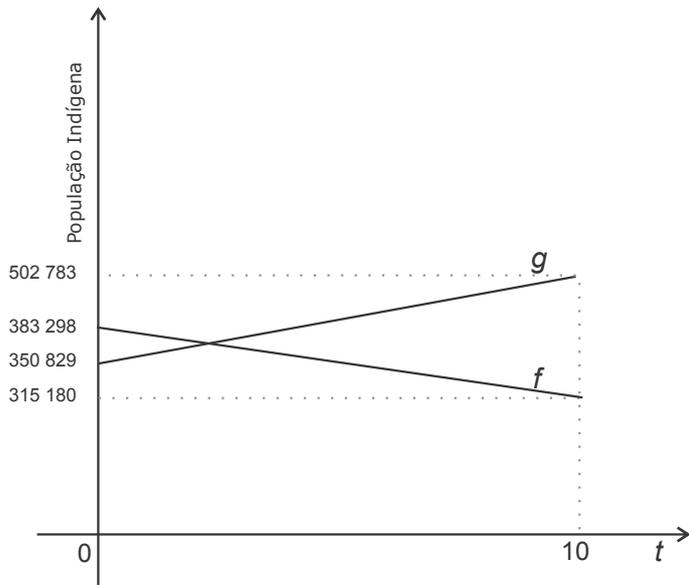
- ( ) A adoção do Desmatamento Zero e o combate à grilagem, aos crimes ambientais e à violência no campo são medidas urgentes e necessárias, mas que não excluem outras.
- ( ) A população brasileira precisa conhecer e valorizar a resistência dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- ( ) Para que todos os povos da floresta possam viver de acordo com seus modos de vida, os direitos apontados na Constituição Federal e em outras legislações vigentes precisam ser assegurados.
- ( ) Para proteger a Amazônia e os povos da floresta é fundamental respeitar os direitos dos povos indígenas, que constituem as comunidades tradicionais.

A sequência correta é

- a) V - V - V - F.
- b) V - F - V - V.
- c) V - V - F - F.
- d) F - F - V - V.
- e) F - V - F - V.

11

Os gráficos das funções  $f$  e  $g$  representam a população indígena residente nas zonas urbana e rural, respectivamente, no período 2000 a 2010, em que  $t=0$ , corresponde ao ano 2000 e,  $t=10$ , ao ano de 2010, de acordo com dados extraídos do site <https://indigenas.ibge.gov.br>.



A função  $f$ , que representa a população indígena residente na zona urbana, em função do tempo  $t$ , em anos, pode ser expressa por

- a)  $f(t) = -15\,195,4t + 383\,298$
- b)  $f(t) = -6\,811,8t + 383\,298$
- c)  $f(t) = -6\,811,8t + 350\,829$
- d)  $f(t) = 6\,811,8t + 383\,298$
- e)  $f(t) = 15\,195,4t + 383\,298$

12

Suponha que a área de uma região a ser demarcada para terras indígenas é igual a área da região delimitada pela circunferência

$$(x-3)^2 + (y-5)^2 = 225,$$

em que o raio da circunferência é dado em quilômetros.

Qual é a área, em  $\text{Km}^2$ , a ser demarcada?

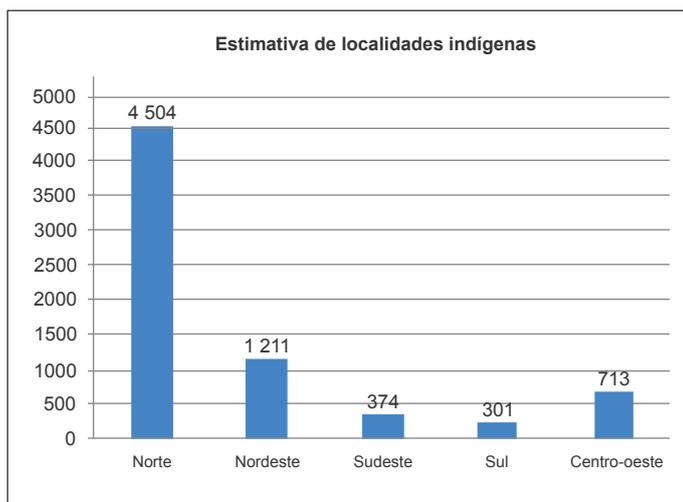
- a)  $15\pi$
- b)  $25\pi$
- c)  $225\pi$
- d)  $675\pi$
- e)  $1\,125\pi$

→ Anotações ←

UFSM

Com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de políticas e ações específicas, planos e logística para enfrentar a Covid-19, junto aos indígenas e quilombolas, o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em 2019, dados sobre a estimativa de localidades indígenas e quilombolas.

No gráfico, gerado a partir desses dados, está apresentada a estimativa de localidades indígenas recenseáveis segundo as regiões brasileiras.



De acordo com esses dados, qual é a média aritmética da estimativa de localidades indígenas nas regiões brasileiras?

- a) 1 260,6
- b) 1 406,2
- c) 1 420,6
- d) 1 426,6
- e) 1 620,2

O guaraná, cujo nome científico é *Paullinia cupana*, é um cipó originário da Amazônia. Segundo a lenda, a planta originou-se quando o deus Tupã aconselhou um casal da tribo indígena Sateré-Mawé a plantar no solo os olhos de seu filho que havia morrido. O bondoso menino colhia frutos na floresta para levar ao seu povo quando o invejoso Jurupari, uma entidade do mal, transformou-se em uma serpente e o picou, levando-o à morte. No local onde os olhos da criança foram plantados, nasceu uma planta com flores pequenas e brancas. Seus frutos são vermelhos, com polpa branca e sementes pretas; quando maduros, os frutos se abrem, deixando a semente exposta, e dando-lhes um aspecto de olho humano.

Com base nas informações do texto, é correto afirmar que a planta do guaraná é uma

- a) briófitas.
- b) pteridófitas.
- c) gimnospermas.
- d) angiospermas.
- e) alga.

No Brasil, cerca de 1% dos casos notificados de acidentes ofídicos entre 2007 e 2016, em populações indígenas, foi ocasionado por serpentes do gênero *Micrurus* (cobra-coral verdadeira). A espécie *Micrurus coralinus* tem dentes injetores de peçonha ("veneno") e é muito perigosa a seus oponentes. A espécie *Erythrolamprus aesculapii*, conhecida por falsa-coral, tem um padrão de coloração muito semelhante ao da coral verdadeira, porém, pertence a outra família de serpentes e não apresenta dentes injetores de peçonha, oferecendo menos perigo a seus atacantes. As duas espécies citadas, por sua semelhança, são consideradas miméticas.

Sobre o mimetismo, considere as afirmações a seguir.

I - As semelhanças compartilhadas entre duas espécies miméticas conferem vantagens para uma ou para ambas as espécies.

II - A teoria evolucionista explica a semelhança de coloração das cobras-corais como resultado de um processo de adaptação da falsa-coral, cujos ancestrais provavelmente se beneficiavam por serem parecidos com as corais-verdadeiras, com as quais conviviam. A seleção natural, ao longo de várias gerações, selecionou os animais com padrão de coloração mais semelhante ao das corais-verdadeiras, de forma que a frequência de corais-falsas miméticas foi aumentando na população.

III - O fenômeno do mimetismo pode ser considerado uma evidência da evolução biológica.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

Considere uma célula eucariótica e assinale V (verdadeiro) ou F (falso) em cada afirmativa a seguir.

- ( ) A membrana plasmática isola a célula de seu ambiente, sendo constituída basicamente por fosfolipídeos e proteínas.
- ( ) As células animais têm um envoltório externo à membrana plasmática, o qual é espesso e resistente, denominado parede celulósica.
- ( ) As mitocôndrias são organelas citoplasmáticas que contêm, em seu interior, diversas enzimas, DNA, RNA e ribossomos.
- ( ) Ao final do processo de mitose, uma célula-mãe diploide ( $2n$ ) dará origem a quatro células haploides ( $n$ ).

A sequência correta é

- a) V - V - V - V.
- b) V - V - F - F.
- c) F - V - F - V.
- d) V - F - V - F.
- e) F - F - F - F.

17

No início do século XVI, no atual território brasileiro, ocorreram os primeiros contatos entre indígenas e portugueses. A partir de 1534, com a implantação do sistema de capitanias hereditárias e com a introdução dos engenhos de cana-de-açúcar, houve uma mudança nas relações entre portugueses e indígenas, intensificando-se a utilização de mão de obra indígena em trabalhos agrícolas. Sobre esta mudança, o historiador Stuart Schwartz afirmou que

"A relutância dos índios em fazer esse tipo de trabalho e a resistência armada contra a apropriação portuguesa de suas terras levaram a campanhas militares entre as décadas de 1540 e 1560, nas capitanias nordestinas da Bahia e de Pernambuco, que resultaram na escravização de índios capturados em uma 'guerra justa'. Os cativos eram utilizados para trabalhar nos engenhos cada vez mais numerosos no litoral brasileiro".

Fonte: SHWARTZ, Stuart. "Escravidão indígena e o início da escravidão africana". In: SCHWARCZ, Lilia M. e GOMES, Flávio (orgs.). Dicionário Escravidão e Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 217. (Adaptado)

Sobre as relações estabelecidas entre portugueses e populações indígenas no século XVI, é correto afirmar que

- a os contatos entre os primeiros portugueses e as populações indígenas foram amistosos e, mesmo com a introdução de trabalhos forçados nos engenhos de cana-de-açúcar, as populações indígenas trabalharam pacificamente para os portugueses.
- b a "guerra justa" era o termo usado pelos portugueses para evitar a escravização de populações indígenas.
- c com a introdução da produção de cana-de-açúcar em engenhos no atual território brasileiro na primeira metade do século XVI, a escravização de populações indígenas não foi utilizada pelos portugueses como mão de obra.
- d as campanhas militares contra populações indígenas nas décadas de 1540 e 1560 foram uma resposta à Coroa portuguesa que defendia a causa indígena.
- e a escravização de indígenas no século XVI, no atual território brasileiro, foi um fenômeno que ocorreu, mas não sem ampla resistência dessas populações contra portugueses.

Durante o Período Imperial brasileiro (1822-1889), pouco se legislou sobre as populações indígenas. A própria constituição de 1824, a primeira do Brasil, sequer mencionou a existência de povos indígenas no país. De acordo com o historiador Ronaldo Vainfas,

"Somente em 1845 viria à luz o Regulamento das Missões, único documento indigenista imperial, que prolongava o sistema de aldeamento, entendendo-o como transição para a 'completa assimilação dos índios'. [...] Aboliu a possibilidade de 'repartir' os índios sazonalmente entre os moradores - uma forma evidente de exploração de mão de obra indígena em áreas de fronteira e delimitou minimamente o direito indígena à terra, para transformá-lo em 'lavrador', prevendo expropriações caso a terra não fosse cultivada".

Fonte: VAINFAS, Ronaldo. "Indigenismo". In: VAINFAS, Ronaldo (dir.) Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 370. (Adaptado)

Sobre a relação das populações indígenas com o governo brasileiro no Período Imperial, considere as afirmações a seguir.

I - O Regulamento das Missões visava à proteção das populações indígenas no Período Imperial bem como a defesa da manutenção de suas práticas culturais.

II - O processo de "assimilação completa dos indígenas" do Período Imperial tinha como um de seus pilares a transformação das populações indígenas em trabalhadores rurais.

III - O Período Imperial caracterizou-se pela ausência de exploração de mão de obra indígena em áreas de fronteira.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.

Em 1910, o governo brasileiro criou o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Como o nome sugere, o objetivo do SPI, segundo o governo, era o de prestar assistência às populações indígenas. No início da década de 1960, o SPI passou a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) por suspeitas de práticas como tortura e assassinato de indígenas em conflitos por terras. Em 1967, o promotor Jader de Figueiredo Correia investigou a fundo o caso e entregou um relatório de mais de 7 mil páginas ao governo. O "Relatório Figueiredo", como é conhecido, denunciou diversas atrocidades contra os povos indígenas.

O "Relatório Figueiredo" só veio ao conhecimento público em 2013. Pode-se ler, nas páginas do relatório, o promotor relatando que "o índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros \*celerados que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatível com a dignidade da pessoa humana". Em outro trecho, o promotor Figueiredo acusava funcionários públicos do SPI de terem atingido requintes de perversidade: "Tortura contra crianças e adultos em monstruosos e lentos suplícios". Em 1967, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI).

\*celerado: pessoa de má índole, criminoso.

Fonte: BRASIL. *Relatório da Comissão de Investigação do Ministério do Interior (Relatório Figueiredo)*. Brasília, 1967.

Considerando as informações do texto, é correto afirmar que

- a) o SPI foi um órgão que sempre teve como conduta de seus funcionários a defesa e a proteção dos povos indígenas.
- b) o fato de o Relatório Figueiredo só ter vindo a público em 2013 mostra como o governo militar valorizava investigações sobre atrocidades cometidas contra os povos indígenas.
- c) o Relatório Figueiredo mostrou que órgãos do governo podiam não apenas ser ineficazes na proteção aos povos indígenas, como também, em alguns casos, podiam colaborar com a manutenção ou, até mesmo, piora da situação de inúmeras populações indígenas.
- d) com a criação da FUNAI, os problemas das populações indígenas brasileiras foram finalmente solucionados.
- e) o Relatório Figueiredo é uma prova de que durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) não houve investigações sobre órgãos do governo.

Um dos marcos da organização de movimentos indígenas no Brasil foi a atuação do Conselho Missionário Indígena (CIMI), fundado em 1972, com sedes nas cinco regiões do país. O objetivo do CIMI era auxiliar na luta pelo apoio à diversidade cultural dos povos indígenas.

A regional Sul do CIMI publicou entre 1976 e 1984 um boletim informativo, em forma de revista, chamado "Luta Indígena". O boletim buscava, entre outros temas, denunciar os conflitos envolvendo disputas de terras e povos indígenas no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, justamente em um período que os meios de comunicação social sofriam forte censura.

No boletim de novembro de 1981, há um mapa dos conflitos por terra feitos a partir do Relatório da IV Assembleia Regional do CIMI-Sul. Em relação à região n. 6 (Nonoai), há a seguinte descrição do conflito:

"Agosto de 1979: os Kaingang tomam os tratores da FUNAI e as sementes de soja que a FUNAI plantaria na área; [...] Em meados de setembro, a FUNAI consegue um acordo pelo qual os Kaingang devolvem os tratores; [...] Em janeiro e fevereiro de 1981 ocorrem mortes de 10 crianças e de dois adultos em Nonoai, por motivos que a FUNAI alegou desconhecidos ante a imprensa. As mortes, em sua maioria, na verdade, foram causadas pela contaminação da água por pesticidas das lavouras da FUNAI e de granjeiros."

Fonte: CIMI-Sul. Luta Indígena, n.15, novembro de 1981, p. 15-18



Fonte:  
<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=8084>. Acesso em 21/01/22.

Em relação ao exposto acima e ao contexto do período, assinale a alternativa correta.

- a) O mapa apresentado no boletim informativo "Luta Indígena" de novembro de 1981 mostra que havia poucos conflitos de terra no Sul do país e que a maioria destes estava concentrado no litoral dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- b) A FUNAI fornecia tratores e sementes de soja aos povos indígenas do Sul do país como forma de selar acordos de paz entre granjeiros, funcionários da FUNAI e lideranças indígenas.
- c) De acordo com o boletim informativo "Luta Indígena", as mortes acontecidas na região do Nonoai de 10 crianças e dois adultos aconteceram como represália aos indígenas que roubaram tratores e sementes de soja da FUNAI.
- d) Os Kaingang, ao tomarem tratores e sementes de soja da FUNAI, procuravam defender suas terras, seus modos de vida e a própria vida de seu povo.
- e) As lavouras da FUNAI não causavam maiores transtornos para as populações indígenas do Sul do país e eram adaptadas à produção indígena local com objetivo de proteção ambiental daquelas regiões.

## **Mobilização Permanente: Indígenas seguem em luta na capital federal e nos territórios**

Em plenária, 6 mil indígenas presentes no acampamento “Luta Pela Vida” decidem manter mobilização, de forma permanente, em Brasília e nos territórios em todo país, até o julgamento do Marco Temporal. Como justificativa afirmam que “A nossa história não começou em 1988, e as nossas lutas são seculares, isto é, persistem desde que os portugueses e sucessivos invasores europeus aportaram nestas terras para se apossar dos nossos territórios e suas riquezas”, assegura o Movimento Indígena. Também, asseguram seguir “resistindo, reivindicando respeito pelo nosso modo de ver, ser, pensar, sentir e agir no mundo”.

Confira, a seguir, parte do documento que reforça a ‘Primavera Indígena’ de mobilizações permanentes em Brasília.

### **DOCUMENTO FINAL DO ACAMPAMENTO LUTA PELA VIDA**

#### **PRIMAVERA INDÍGENA: mobilização permanente pela vida e democracia**

Em memória dos nossos ancestrais, que entregaram as suas vidas para existirmos. Dos encantados que nos trouxeram até aqui para dar continuidade às suas lutas em defesa dos nossos corpos, terras e territórios, a nossa identidade e culturas diferenciadas, dizemos à sociedade brasileira e internacional que estamos em **mobilização permanente em defesa da VIDA e da DEMOCRACIA.**

...

Mesmo colocando nossas vidas em risco, no contexto ainda gravemente perigoso da Covid-19, estamos aqui para dizer aos invasores dos nossos territórios que não passarão, mesmo diante dos intensos ataques aos nossos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Somos filhos da Terra! E a Terra não é Nossa, somos nós que fazemos parte dela. É o útero que nos gera e o colo que nos acolhe. Por isso damos a Vida por Ela. Na nossa tradição, nunca houve essa história de regulamentar quem é ou não é dono da terra, pois a nossa relação com ela nunca foi de propriedade. A nossa posse é coletiva tal qual é o usufruto. É esse o fundamento basilar da nossa existência, que a ignorância da cultura da dita civilização ocidental não entende, mesmo após 521 anos.

...

Dizemos NÃO a toda e qualquer iniciativa que venha ignorar a nossa histórica e estratégica proteção da vida, da humanidade e do planeta. Também dizemos NÃO a todos aqueles que se propõe violar os nossos direitos por meio de centenas de medidas administrativas, jurídicas, legislativas e ações judiciais.

Sob a égide do texto Constitucional, confiamos que a Suprema Corte irá sacramentar o nosso direito originário à terra, que independe de uma data específica de comprovação da ocupação, conforme defendem os invasores. Por meio da tese do “marco temporal”, os atuais colonizadores querem ignorar que já estávamos aqui quando seus ascendentes dizimaram muitos dos nossos ancestrais, erguendo sobre os seus cadáveres o atual Estado nacional.

Amparados por nossa ancestralidade e pelo poder dos nossos povos, da nossa espiritualidade e da força dos nossos encantados que prezam pelo Bem Viver, nosso e da humanidade, dizemos não ao Marco Temporal! E conclamamos a sociedade nacional e internacional, em especial às distintas organizações e movimentos sociais que estiveram sempre conosco, e sobretudo às nossas bases, povos e organizações indígenas para que continuemos vigilantes e mobilizados na defesa dos nossos direitos.

Brasília – DF, 28 de agosto de 2021.

**Acampamento Luta pela Vida**  
**Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB**  
**Mobilização Nacional Indígena – MNI**

Fonte: <https://cimi.org.br/2021/08/mobilizacao-permanente-indigenas-seguem-em-luta-na-capital-federal-e-nos-territorios/>  
Acesso em 20/01/2022. (Adaptado)

---

Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2009 p. 1302), o termo mobilizar significa “Causar a mobilização de (algo ou alguém ou de si próprio)... pôr(-se) em ação (conjunto de pessoas) para uma tarefa, uma campanha etc”. Levando em consideração as ideias expostas na prova de redação, o sentido do termo mobilizar e o texto I da prova de Língua Portuguesa, escreva um **Artigo de Opinião** em que você discuta as ações de mobilização dos povos indígenas, com argumentos que defendam seu ponto de vista sobre a questão.

**Lembrete!**

Seu texto deve ter, no mínimo, 20 e, no máximo, 30 linhas, incluindo o título, e ser redigido em norma-padrão da língua portuguesa.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

PROCESSO SELETIVO  
INDÍGENA UFSC  
— 2022 —

**COPERVES**